



O ENSINO DE SEGUNDO GRAU ENTRE O PIEC E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO¹

Daniela Moura Rocha de Souza²
Mércia Caroline Sousa de Oliveira³
Lívia Diana Rocha Magalhães⁴

INTRODUÇÃO

O presente texto visa apresentar o resultado parcial da pesquisa “Educação, Memória e História da Bahia: processos autoritários e ditadura militar”, cujo recorte trata das políticas educacionais, mais precisamente das chamadas reformas educacionais durante o regime civil militar. Pretendemos ressaltar que a implementação de uma nova política educacional na Bahia a partir da implantação do PIEC em 1969 que antecede a própria reforma educacional de 1971, se tornou expressão de reordenação de controle social e político, e nesse quadro, a educação de 2º grau e/ou profissionalizante se preocupou fundamentalmente com interesses restritivos a formação de mão de obra.

Em 1968, como é sabido, iniciou-se um processo de reestruturação educacional no Brasil, proposto pelo então regime civil-militar instaurado em 1964 que propunha a reforma do ensino superior e mais tarde, em 1971, modificações em todos os níveis e

1 O presente resumo visa apresentar o resultado parcial de análise referente à pesquisa “Educação, Memória e História da Bahia: processos autoritários e ditadura militar”, coordenado pela Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães e desenvolvido pelo seu grupo de estudos e pesquisa GHEMPE.

2 Pós-doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB. Doutora em Educação pela UNICAMP. Membro dos grupos de estudo e pesquisa: História e Memória das Políticas Educacionais e trajetórias sociogeracionais; e História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR. Bolsista da Capes. Endereço eletrônico: danyopera@yahoo.com.br

3 Discente do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista de Iniciação Científica (UESB), pelo projeto *Processos autoritários e ditadura militar: sua incidência sobre o passado e o presente da educação baiana*, sob a coordenação da Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães. Membro do grupo de estudo e pesquisa: História e Memória das Políticas Educacionais e trajetórias sociogeracionais. Endereço eletrônico: merciacaroline00@gmail.com

4 Doutora em Educação pela UNICAMP com Pós-Doutorado em Psicologia Social pela UERJ, Professora Plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Coordenadora Geral do Museu Pedagógico/Uesb. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Memória: Linguagem e Sociedade - UESB. Endereço eletrônico: lrochamagalhaes@gmail.com (orientadora).



modalidades da educação básica, sobretudo no denominado ensino de “segundo grau”⁵.

Aproximadamente meio século depois, a velha política revestida da nova comparecem outra vez, políticas que, igualmente, visam a reestruturação do ensino no Brasil visando a readequação do sistema de ensino com as transformações provenientes do mercado de trabalho.

Nos apoiamos em Luxemburgo (2015) que define o termo “reforma” indicando sua gênese na revolução francesa, sendo utilizada pela classe revolucionária que ao lutar contra as arbitrariedades monárquicas do período, lutavam em prol de uma “reforma” de Estado, uma modificação social que agregasse mais direitos aos civis. Desde então, o termo vem sendo utilizado para denominar quaisquer tipos de mudanças sócio-políticas sem necessariamente corresponder ao sentido *stricto sensu* revolucionário.

A denominada “Reforma do Ensino Médio”, “Reforma do ensino de 1º e 2º graus”, são exemplos de como o termo “reforma” vem sendo apropriado de forma ideológica na Bahia-Brasil, seja em 1969/1971 ou em 2016/17, reformar a educação tem implicado em políticas que se opõem ao sentido original garantem a redução de direitos civis e reforçam o domínio ideológico de classe.

Analisamos o conteúdo da legislação educacional na Bahia, particularmente o Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC) da Bahia, que foi a materialização das reformas educacionais neste Estado. Em seguida observamos que a realidade do passado educacional em vigência entre os anos de 1964 a 1985, reaparece em suas novas e velhas roupagens no país.

A REFORMA DA EDUCAÇÃO DE SEGUNDO GRAU MATERIALIZADA PELO PIEC

De acordo com o mapa econômico do Brasil de 1978/79, editado por Zenilton Bezerra (1980)⁶, das cinquenta maiores cidades brasileiras, Salvador ocupava a 5ª posição com a população total igual a 1.007.195 habitantes. Tinha-se a estimativa de 203.655 analfabetos, 21.493 com o curso elementar, 56.487 com o ensino médio e 12.707 com o curso superior. Da população economicamente ativa, 4.808 se encontravam no setor primário e 77.408 no setor secundário (SOUZA, 2016).

Diante desse quadro, o Conselho Estadual de Educação da Bahia aprovou, por

5 Nomenclatura adotada até a LDB 9.394 de 1996, e corresponde ao atual Ensino Médio.

6 Esse documento, localizamos no arquivo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA).



meio do art.34 da Lei nº 2.464 de 13 de dezembro de 1967, no governo Luís Viana Filho tendo como Secretário de Educação e Cultura Luiz Navarro de Britto, o Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC) para o Estado da Bahia, para ser implantado a partir do ano de 1968, como uma reforma para todos os níveis de ensino, sendo que durante o período compreendido pela ditadura civil-militar (1964-1985) se constituiu como a expressão do Estado referente à educação e à cultura (SOUZA, 2016).

O Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC), publicado em 1969 e dividido em dois volumes considerou o ensino médio como um dos pontos de estrangulamento da educação, para isso previu a criação de mais 40.800 matrículas no 1º ciclo do ensino médio e mais 25.000 para o 2º ciclo, 51 novos ginásios e 20 colégios com currículos diversificados, laboratórios, salas especiais, para diferentes técnicas (agrícolas, industriais, comerciais e economia doméstica), além de programas de treinamento para diretores e *técnicos-administrativos* e aperfeiçoamento do seu quadro docente, absorvendo 355 cargos técnico administrativos, duplicando o ensino médio gratuito estadual. Esses estabelecimentos de ensino que o plano previa estavam articulados nas cidades polos de desenvolvimento dentro de uma unidade administrativa, física e pedagógica denominada de Centro Integrado de Educação, pretendendo com isso realizar a articulação não só vertical quanto horizontal (BRITTO apud BAHIA, 1969a).

O plano trouxe como novidade a construção de Centros Integrados de Educação organizada e elaborada por Navarro de Britto, nas cidades aptas a atenderem às necessidades do desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia.

Implica numa opção corajosa do sistema baiano que pretende, através do segundo ciclo de suas escolas, atender às necessidades do desenvolvimento econômico e social do Estado, atitude realista que não pode desconhecer as naturais vinculações do ensino médio, nessa fase inicial, com a demanda da força de trabalho secundária e terciária. Deu-se assim uma maior amplitude e funcionalidade do ensino médio. Tal orientação determina inclusive a eliminação da dicotomia dos velhos sistemas europeus – o colégio acadêmico e o técnico, já que se aproxima do sentido compreensivo que abre variadas opções ao educando para preparar-se para a vida (BAHIA, 1969b, p.6).

Como o “salvador da pátria”, ou, melhor dizendo, do Estado, o Plano apresenta que o desenvolvimento da rede de nível médio é bastante recente (na época), os matriculados no ensino médio representavam 28% da população estimada entre 12 e 19 anos, na zona urbana, o que demonstra a precariedade de atendimento existente no Estado. Dessa forma, a proposta do Plano Integral para esse nível de ensino era de aumentar os investimentos



com construção e equipamentos, implantação de 51 novos ginásios orientados para o trabalho (GOT), 2 colégios compreensivos, 18 colégios, além de propor programas de aperfeiçoamento e qualificação discente, bolsas de estudo para professores e alunos, programas especiais de atendimento profissional (BAHIA, 1969b).

O Plano novamente apresenta como um dos mais graves pontos a carência de professores qualificados para o ensino médio, ou seja, que atendessem os ginásios e colégios, sendo que no interior do Estado, os problemas se apresentavam com maior gravidade, pois, começou a haver um crescimento de escolas de nível médio com escassez de professores habilitados. Para atender essa demanda, o governo do Estado determinou a instalação de Faculdades de licenciaturas curtas de primeiro ciclo no interior, sendo a primeira instalada em 1968 em Feira de Santana com o curso de Letras e posteriormente Estudos Sociais, Ciências e Matemática, seguida de duas outras unidades para 1969 e 1970 em Vitória da Conquista e Jequié (BAHIA, 1969b).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: ENTRE O VELHO E O NOVO

Quarenta e seis anos após a implantação da reforma educacional de nº. 5692/71 e quarenta e oito anos depois do PIEC na Bahia nos deparamos com uma reforma educacional focada no ensino médio, de alcance nacional que visa novamente a sua reestruturação para sanar demandas do mercado de trabalho. Em fevereiro de 2017, mais precisamente o ensino médio, passa por um processo semelhante à reforma de n. 5.692/71, na qual o governo estabelece que o principal objetivo dessa modalidade de ensino é a profissionalização. Novamente o alavancar do tecnicismo a fim de adequar as novas exigências e demandas do mercado de trabalho, exigindo uma nova capacitação.

Para Brandão (2017), o discurso da necessidade da mão de obra qualificada foi argumentado pelo até então presidente Médici em 1971, para que a reforma do ensino ocorresse reestruturando as suas bases para uma nova perspectiva do mercado que contava com o chamado milagre econômico de aceleração industrial e expectativa de crescimento,

A reforma proposta implicava “abandonar o ensino verbalístico e academizante para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1º e 2º grau voltado às necessidades do desenvolvimento”, dizia a mensagem do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, enviada com o



projeto que daria origem à Lei 5.692.

O ministro — senador licenciado — também afirmava que a reforma possibilitaria o abandono do ensino “meramente propedêutico” (preparatório para o ensino superior) para dar terminalidade à escola de 2º grau, formando “os técnicos de nível médio de que têm fome a empresa privada e a pública”.

A terminalidade a que se referia o ministro significava que o aluno, ao se qualificar como técnico ou auxiliar, poderia dar por encerrados os estudos e entrar no mercado de trabalho (BRANDÃO, 2017, s.p).

Adotando um discurso similar o governo de 2016-17, sanciona na representação do presidente Michael Temer, o Projeto de Lei de Conversão 34/2016, que reforma a estrutura do ensino médio na qual a criação de uma base curricular comum dividida em eixos de disciplinas sendo obrigatório ao estudante escolher um dentre os cinco, e o incentivo propagandista de que o estudante sairá da escola já preparado e capacitado para atuar no mercado de trabalho sem que para isso seja necessário ingressar em um curso superior que por sua vez também tem recebido demandas cada vez mais produtivistas, poderia ser uma incidência de que o passado recente representado pelo governo ditatorial civil-militar, não é tão passado assim.

A pergunta que se faz é se os estudos e análise do PIEC na Bahia e da 5692-71 no Brasil foram observados e considerados para não ocorrer do reestabelecimento de um passado já bastante criticado no presente. Qual é a justificativa para a reedição do velho ensino profissionalizante antecipado no ensino médio, face a conjuntura atual da educação no país, etc.? Assim sendo, nosso intuito é continuar discutindo o passado, tomando como base a política educacional na Bahia, com o intuito de observamos as suas repercussões e edições no presente com bastante acuidade e rigor sobre sua implementação.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Plano Integral de Educação e Cultura do Estado da Bahia. Governo de Luís Viana Filho. (Documento oficial). Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1969a. Volume I.

BAHIA. Plano Integral de Educação e Cultura do Estado da Bahia. Governo de Luís Viana Filho. (Documento oficial). Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1969b. Volume II.

BEZERRA, Zenilton (Ed.) **O mapa econômico do Brasil 1978-79**. São Paulo: Serthel,



1980. Acervo da SEI-BA.

BRANDÃO, Tatiana. **Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971.**

Brasília: Senado Notícias, 2017. Disponível em <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>>. Acesso em: abril de 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.** Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11dez. 1970.

_____. **Decreto Nº 76.640, de 19 de novembro de 1975.** Inclui Categoria Funcional no Grupo - Outras Atividades de Nível Superior, a que se refere a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 nov. 1975.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOUZA, Daniela Moura Rocha de. Intelectuais, **Ideologia e Política Educacional baiana durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. 281f. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP. Campinas-SP: UNICAMP, 2016.